

REQUERIMENTO

Ex.mo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,

A 12 de Março, à guarda do Estado Português nas instalações do Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária (EECIT) do aeroporto de Lisboa, Ihor Homenyuk, cidadão ucraniano, foi agredido até à morte. Este facto só seria do conhecimento público duas semanas mais tarde. As suspeitas recaem sobre três inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que se encontram já detidos em prisão domiciliária.

O mandado de detenção de três inspetores do SEF refere que Ihor Homenyuk foi espancado durante 20 minutos. Estes são ainda acusados de agirem em comunhão de esforços “com o propósito de provocarem graves lesões corporais no ofendido, apesar de saberem que aparentemente o mesmo careceria de tratamento médico – dadas as alegadas convulsões – e que se encontrava numa situação altamente vulnerável, imobilizado com algemas”, segundo notícia do jornal Público. Mais grave ainda é tentativa de ocultação do crime e manipulação dos factos, com informações falsas prestadas por diversas vezes a diferentes instâncias, como ao Instituto de Medicina Legal e à Embaixada da Ucrânia, nomeadamente, e respetivamente, que se tratava de alguém encontrado na rua e que tinha tido convulsões epiléticas. Foi aliás o Instituto de Medicina Legal que, após a autópsia, acionou a Polícia Judiciária, pois o cadáver apresentava sinais de brutais agressões.

Este caso em particular, por um lado, pela extrema violência mencionada e trágico desfecho, vem demonstrar a necessidade urgente de monitorização dos Centros de Instalação Temporária (CIT) e nos Espaços Equiparados a Centros de Instalação Temporária (EECIT). De acordo com o Serviço Jesuíta aos Refugiados do Porto – que apela à presença diária de uma entidade externa e imparcial, conforme já sucede na Unidade Habitacional de Santo António (UHSA) –, “as circunstâncias existentes no EECIT são altamente propícias a abusos, devido à falta de monitorização por entidade externa e devido à especial vulnerabilidade das pessoas – privadas da sua liberdade, a maioria das vezes sem conhecerem a língua e sem contacto com alguém do exterior”. Por outro lado, segundo declarações e dados da SOS Racismo, são frequentes os relatos de atos arbitrários, humilhações e violências várias sobre cidadãos estrangeiros nos aeroportos portugueses. Em abril de 2019, em declarações na sequência da publicação do relatório anual do Mecanismo Nacional de Prevenção de 2018, a Provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral, afirmou que os CIT são “um universo impenetrável. Nas prisões a família visita regularmente, há advogados. Estas pessoas [estrangeiros à guarda do SEF] não têm ninguém, é um domínio de grande obscuridade (...). Os CIT são o verdadeiro no *man’s land* contemporâneo”.

A pedido do Ministério da Administração Interna, a Inspeção-Geral da Administração Interna abriu um inquérito à Direção de Fronteiras de Lisboa do SEF (aeroporto de Lisboa), designadamente ao funcionamento do EECIT daquele aeroporto. Foram também abertos processos disciplinares ao diretor e subdiretor de Fronteiras de Lisboa (que, entretanto, foram demitidos), ao Coordenador do

EECIT, bem como a todos os envolvidos nos factos relativos ao falecimento de um cidadão estrangeiro naquelas instalações.

Pelo anunciado, venho requerer a audição, com carácter de urgência, do Ex-Diretor, António Sérgio Henriques, e do ex-Subdirector, Amílcar Vicente, da Direção Geral de Fronteiras do SEF do Aeroporto de Lisboa e do Coordenador do Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária (EECIT) do Aeroporto de Lisboa, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, para prestar todos os esclarecimentos que são devidos nesta circunstância. Atendendo ao plano de contingência em vigor, sugiro que a audição se realize através de videoconferência.